

Orientações Multiculturais e/ou de Interculturalidade em Políticas de Desenvolvimento Cultural em vigor no Brasil (2018-2019)

Aluna: Mauren Vitória Prudêncio Seibt | Orientadora: Renata Ovenhausen Albernaz Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

INTRODUÇÃO

Tomando por base teorias multiculturais e de(s)coloniais análise de questões que englobam para a desenvolvimento e cultura, este estudo teve por objetivo interpretar textos de Políticas Públicas Federais, como o Plano Nacional de Cultura (PNC), o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), PAC Cidades Históricas e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) em termos dos incentivos à projetos e da proteção aos direitos coletivos das populações autoras e desenvolvimento regional e local. Paulo Freire e Frantz Fanon defendem a de(s)colonização como necessária à humanização, realizando-a por meio da práxis (ação e reflexão). Freire, especificamente, defende que a melhor forma de concretizar essa questão é por meio de uma Educação Problematizadora, em que os sujeitos se colocam na realidade de sua própria sociedade, libertando-se de dominações físicas e psicológicas. Catherine Walsh acentua a importância da cultura dos povos originários como forma de resistência às formas de interpretação impostas pelos países centrais.

OBJETIVOS

Analisar Políticas Públicas Federais, com foco no Plano Nacional de Cultura (PNC), o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), PAC Cidades Históricas e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), a fim de verificar como aspectos centrais às teorias multiculturais/interculturais e de(s)coloniais podem ou não estar sendo considerados na proposição dessas Políticas Públicas, na questão do desenvolvimento e da cultura.

METODOLOGIA

A pesquisa realizada foi de caráter exploratório, documental e descritiva. Análise comparativa das Políticas Públicas, avaliando o teor de cada uma delas em aspectos coerentes com teorias multiculturais /interculturais e de(s)coloniais, quais sejam: diversidade na gestão cultural X padronização na gestão burocrática; pluralidade de modos econômicos X solução pela mercadorização; democracia radical nas alocações de recursos X participação formal e massificada; desenvolvimento social X desenvolvimento capitalista; valorização da cultura para o desenvolvimento X cultura apartada do desenvolvimento econômico.

CONCLUSÕES

A partir desse processo, pode-se verificar que o Plano Nacional de Cultura possui proposições que convergem com as teorias utilizadas como referência na pesquisa. O PNC defende que a cultura ocorre em três dimensões: simbólica (todos os seres humanos tem a capacidade de criar símbolos), cidadã (cultura como direito básico do cidadão) e econômica (cultura como vetor econômico). Diversos incentivos serão destinados aos setores criativos, grupos culturais populares e povos e comunidades tradicionais. Vale ressaltar que, além da intervenção do Governo para uma melhor aplicação das propostas previstas nas política públicas analisadas, a sociedade civil também deve participar tanto de sua execução quando de seu planejamento, realizando uma governança colaborativa. Uma meta muito importante para a compreensão da diversidade cultural do país seria a construção de um mapa com as expressões culturais e linguagens artísticas de todo o território brasileiro, proporcionando uma ferramenta mais eficaz para a produção de políticas públicas.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra,. 1987.

WALSH, Catherine (Ed.). **Pedagogías decoloniales**: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013.

KYMLICKA, Will. Filosofia política contemporânea: uma introdução. Trad. Luís Carlos Borges e Marilene Pinto Michael. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. As Metas do Plano Nacional de Cultura. Brasília, 2013. Disponível em cao.pdf.